

POR UMA GEOGRAFIA DO TRABALHO RIBEIRINHO! Capitalismo e Natureza na Conversão e Reconversão Laboral em Comunidades Ribeirinhas em Abaetetuba – PA.

Julia Maria da Silva Furtado¹
Jonatha da Silva Rodrigues²
Fabiano de Oliveira Bringel³

Resumo

Pretende-se neste trabalho analisar as transformações nas relações de trabalho extrativista nas comunidades ribeirinhas de Abaetetuba - Baixo Tocantins - Pará, frente à ação de agentes capitalistas na região. O período de coleta dos produtos é ameaçado por uma correlação de forças entre diferentes sujeitos e formas de praticar as relações de trabalho/produção, e também de se relacionar com a natureza. A prática do extrativismo compõe uma das muitas dimensões do modo de vida e das relações de trabalho das comunidades ribeirinhas. A coleta de produtos como o açaí, ucuuba, murumuru, e as atividades de pesca artesanal expressam um pouco da polivalência, dos camponeses-ribeirinhos que vivem com/na Amazônia tocantina paraense, que estão constantemente reinventando sua vida laboral, e conseqüentemente, seu próprio modo de vida, para r-existir face a um território que vem sendo marcado por um gradativo processo de espoliação do trabalho pelas ações de agentes externos capitalistas.

Palavras-chave: mododeprodução, camponês-ribeirinho, Abaetetuba-PA.

Introdução

É crescente a preocupação investigativa nas sociedades ribeirinhas. Propusemos-nos a ler este universo camponês-ribeirinho sob a luz da geografia que, por tratar das relações entre as sociedades humanas e natureza – relação estruturante nas sociedades ribeirinhas –, é uma ciência fundamental para o que nesse trabalho se pretende.

Analisar os aspectos da alternância do trabalho camponês-ribeirinho provocado pela dinâmica da várzea e suas mudanças a partir da ação de agentes especificamente capitalistas (empresas exportadoras de açaí, de pescado e de minério) nas comunidades ribeirinhas em Abaetetuba – PA é o que se pretende nessa pesquisa. Buscaremos, então, algumas questões-chave no objetivo de analisar a ação de empresas ligadas à produção industrial de açaí, pescado e cosméticos e seu conseqüente impacto na organização espacial e nas relações de

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia e Bolsista PIBIC/CNPq na Universidade do Estado do Pará – UEPA. julliamsf@gmail.com.

² Graduando em Licenciatura Plena em Geografia e Voluntário PIBIC/CNPq na Universidade do Estado do Pará – UEPA. jonatha2016geo@hotmail.com.

³ Doutor em Geografia; Professor e Coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA, na Universidade do Estado do Pará – UEPA. fabianobringel@gmail.com.

trabalho de muitos comunitários ribeirinhos nas ilhas de Abaetetuba, considerando as principais permanências (r-existências) e descontinuidades a partir deste processo de incorporação do trabalho pelo capital.

Logo, estudar e analisar as comunidades ribeirinhas da Amazônia, a complexidade do território ribeirinho na várzea do baixo curso do rio Tocantins, marcado pela memória coletiva e cultural que representam essa territorialidade ribeirinha estabelecida na defesa desses mesmos elementos, e que constroem uma identidade coletiva formulada nas relações sociais com e no espaço (NETO, 2011, p. 118), se faz importante.

Diante desse contexto socioespacial realizamos levantamento bibliográfico, trabalho de campo nas comunidades da Ilha Campompema e Ilha do Capim (PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista – Santo Antônio II)⁴ nos dias 16 e 17 de agosto de 2016, coleta de informações através de conversa informal com moradores ribeirinhos da região, observações, fotografias das marcas expressas na paisagem e da dinâmica social cotidiana.

O trabalho segue dividido a partir da introdução em um primeiro tópico referente a constatação da alternância/dependência desses trabalhadores frente ao período do ano na região amazônica com o inverno (período de chuva intensa) e verão (diminuição de ocorrência de chuvas), e a mudança desse aspecto de alternância frente empreendimentos capitalistas. Num segundo tópico sobre os resultados desses empreendimentos nessas comunidades. No terceiro tópico o caráter de resistência desses camponeses-ribeirinhos a partir de reprodução de suas práticas e/ou resgate das mesmas. E no quarto e último tópico a conclusão da pesquisa, o que pôde ser inferido e propostas de uma nova visão sobre esses trabalhadores ribeirinhos.

Camponês-ribeirinho e a alternância de trabalho: entre a várzea e o capital.

Segundo Diegues (2007, p. 2), uma das características fundamentais das populações tradicionais é o contato que têm com os meios naturais, e seus ciclos, na produção e reprodução do seu modo de vida. Suas atividades, tempos – de trabalho – e produção estão vinculados diretamente com a relação de convivência entre si e com a natureza, sendo influenciados e influenciando no meio; e esse tempo tanto constrói uma história de

⁴ PAE é uma modalidade de assentamento de responsabilidade da UNIÃO através do INCRA. Prevê obtenção de terra, concessão de uso, infraestrutura básica e apoio de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção. Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas, com atividades ambientalmente diferenciadas.

determinada população quanto é condicionado por essa, a caracterizando como população/comunidade tradicional.

Atividades como pesca artesanal, extrativismo vegetal, agricultura, e outras, são comuns nessas organizações sociais; atividades que se alternam entre si de acordo com o clima e período do ano, sendo voltadas para subsistência – e/ou mercado, condicionado pelo contexto socioeconômico em que está inserida essa população/comunidade.

Na Ilha Campompema e Ilha do Capim, em Abaetetuba – PA, as atividades voltam-se justamente para esses trabalhos, divididos entre subsistência e mercado, com os elementos rio e floresta como essenciais para manutenção e reprodução da vida desses indivíduos. Logo, esses dependem também das dinâmicas climáticas da região: o verão e inverno amazônicos.



“Casco” instrumento de transporte na Ilha Campompema. Trabalho de Campo, 2016.



Moradia em palafita na beira do rio Campompema (Baía Maratauíra), Ilha Campompema. Trabalho de Campo, 2016.

A memória social local nos fornece narrativas fundamentais do cotidiano que nos permitem uma aproximação da realidade no interior destas comunidades ribeirinhas. Segundo Seu Diquito⁵ “A gente se esmera a criar, botar animal nos galinheiros, no curral, e um dinheirinho de reserva quando da pra sobrar. A gente agasalha pra justamente comer no inverno que é a dificuldade enorme.”; porém essas foram divididas tanto em relação ao período do ano, quanto em relação a demanda de mercado, de acordo com a entrevista e informações coletadas com esses moradores; Seu Diquito reforça, quando perguntado sobre o funcionamento das atividades quando está fora da época da safra de açaí, ao dizer que

“a gente se preocupa, porque no inverno mesmo a dificuldade aqui é enorme, porque o produto que dá no inverno, é um mercado, mas é fraco, que é o miriti, aí a gente gosta, que é pra se manter, aí a gente não tem o açaí e usa o miriti pra se alimentar (o miriti fruto)” (Seu Diquito, 2016).

A importância do produto para subsistência se faz presente, porém a necessidade de produtos voltados para a comercialização também é apontada, “Mas ele [miriti] não é um produto de mercado forte, aí a gente não se fia [confia] muito nele”, afirma Seu Diquito.

Muitos dos atuais cultivos são voltados para a comercialização; culturas que até certo período não eram de interesse dos próprios moradores da região, culturas antes desmatadas para abrir área de plantação de açaí, como o murumuru, antes amplamente desmatado, alterando seu valor – no que se refere a sua utilização – de acordo com uma demanda externa voltando-o para comercialização.

A mudança no itinerário de produção e a valorização de produtos que até pouco tempo não tinham valor comercial reside na ação de empresas de cosméticos junto a essas comunidades. Foi o caso da Empresa Natura. Essa mais recente questão de selecionar os cultivos e os colocar como mercadoria se dá através da cooperativa COFRUTA (Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba), organizada pelos próprios trabalhadores camponeses-ribeirinhos vinculados à iniciativas empresariais capitalistas - na região das ilhas em Abaetetuba com a Natura que, associada e com fábrica na Cooperativa desses trabalhadores, trabalha com ideologia de incentivo às culturas nativas, fomentando o reflorestamento das mesmas.

⁵ Morador, trabalhador e membro da Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA.

Percebe-se, então, o fenômeno da monopolização do território por empresas capitalistas que lançam mão dessa estratégia quando do trabalho é maior do que a produção/transformação no ciclo econômico. O objetivo é a sujeição da renda terra desses camponeses-ribeirinhos a lógica da reprodução ampliada do capital. Neste caso, nos fala Marcos (2008, p. 196) e Oliveira (2005) o campo continua povoado por camponeses (ribeirinhos) só que agora subalternizados à lógica da indústria. Em nosso caso, a Natura.



Produção de açai, casa do Seu Diquito, Ilha Campopema. Trabalho de Campo 2016.



Casa do Seu Diquito, Ilha Campopema. Trabalho de Campo, 2016.



Ilha Campompema - Produção de Andiroba (produção oleaginosa), casa do Seu Diquito. Trabalho de Campo, 2016.

A percepção dos trabalhadores sobre esses projetos é carregado de entusiasmo, é o “grande projeto da auto sustentabilidade”, segundo Seu Ró⁶. A empresa atua através de ações de conscientização, segundo um dos entrevistados, sob o discurso de sociobiodiversidade, onde há a preservação das florestas. Com cursos de capacitação de extração de produtos de maneira sustentável, a Natura mantém seu discurso com ênfase na produção sustentável e inclusiva dessas comunidades. Como defendido por Seu Ró:

Na verdade, a Natura tem sido uma das grandes empresas, que ela tá explorando exatamente essas sementes naturais que nós chamamos de oleaginosas, então ela busca esse produto que é da natureza e com isso, com esse processo que eles estão fazendo aqui, nós chamamos isso do grande projeto que a gente fala sempre, o grande projeto da auto sustentabilidade, ninguém está desmatando nada aqui, nós estamos acrescentando algo, e reaproveitando algo que não tinha valor. [...] ela tá valorizando aquilo que nós temos, o azeite da andiroba a alcoba que eu trabalhava quando moleque e trocava na mercadoria, [...]

Para esses trabalhadores, a ação com a empresa se apresenta conjunta com os mesmos, no cultivo, produção, extração da matéria-prima e o valor atribuído a ela. Novas essências são valorizadas e antigas são revalorizadas, ultrapassando os limites que antes eram demarcados

⁶ Romilde, conhecido na região por Seu Ró, é um morador da região das ilhas de Abaetetuba. É membro da CPT Guajarina (Comissão Pastoral da Terra) e foi o entrevistado e quem nos guiou na pesquisa de campo nos dias 16 e 17 de agosto de 2016, na Ilha do Capim e Ilha Campompema, em Abaetetuba.

pela produção voltadas para alimentação – da própria comunidade ou para troca/comercialização.

A Natura, através de ações de parcerias, como a defendida pelos trabalhadores, promove o que Cruz (2007, p. 2) afirma sobre a monopolização do território sem de fato territorializar-se, onde “este não expropria os camponeses-ribeirinhos de suas terras, mas apenas os subordina e se apropria da renda da terra dos mesmos” (CRUZ, 2007, p. 86). Ou seja, a empresa associa um valor para a produção agroextrativista desses camponeses-ribeirinhos, onde não se faz incluso o valor atribuído ao produto final: os cosméticos comercializados nacionalmente.

Desenvolve-se assim, através do discurso de sustentabilidade e manutenção da identidade ribeirinha amazônica, a apropriação do trabalho e produção desses através do capital em forma de instrumentos, capacitação e pagamento em dinheiro. Porém, como assevera Martins (1986, p. 175) “[...] o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. ”, tanto o trabalho quanto a terra estão subordinados nessa relação; o que produz é o mesmo que é proprietário da terra, que sofre espoliação através da mais-valia no processo de produção, porém, no momento de pagamento da renda da terra, essa é como se não existisse; não há necessidade de permissão de uso da terra pois o proprietário é quem produz também, logo o capitalista – através da empresa Natura – paga o valor por ele atribuído à produção camponesa-ribeirinha e apenas isso, pois a utilização da terra já é própria de quem produz e é proprietário.

Infere-se então que nessa relação dos trabalhadores camponeses-ribeirinhos com a indústria de cosméticos Natura há apropriação e subordinação tanto da produção, quanto do trabalho e quanto do processo e modo de produção, quando essa indústria se utiliza do trabalho manual sem intermédio de instrumentos, ou submetendo esses trabalhadores a compra de ferramentas que possam vir a facilitar suas atividades.

Segundo Martins (1986, p. 177):

Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Essa subordinação se desdobra simplesmente no primeiro momento da produção, subordinando o trabalho. Isso é evidente nas falas dos entrevistados quando falam do atendimento da demanda da indústria cosmética, Seu Diquito afirma que “[...] ela [Natura] pede a demanda, mas quando ela vê que nós não demos conta, nós, sócios, de entregar, aí ela vai buscar em outro lugar...”.

É importante salientar a presença desses agentes externos capitalistas que chegam na região e participam modificando a vida e dinâmica de trabalho de camponeses-ribeirinhos na região das ilhas em Abaetetuba.

O trabalho camponês-ribeirinho e sua transformação frente a presença de agentes especificamente capitalistas.

Seu Ró divide em períodos históricos as alterações de atividades decorrentes das mudanças de demandas econômicas contextualizadas em Abaetetuba: a) o primeiro representado pelo “extrativismo puro”, segundo Seu Ró, quando o extrativismo não contava com os instrumentos auxiliares (por exemplo na pesca empresarial), e o que até então era extraído era voltado para a troca no comércio (trocas por farinha); b) o segundo período é representado pela presença de engenhos e seu sistema de exploração, agora com a viabilização de aperfeiçoamento de técnicas e abertura de roças para plantação e criação de alguns animais; c) no terceiro momento outro tipo de produção é inserida, a olaria, nas décadas de 1950 e 1960. Enfim chegando à atual “Abaetetuba Ribeirinha” com produção de açaí, peixe, camarão, artesanato e plantação de essências de espécies nativas. Nesse último período elencado por Seu Ró é onde se contextualiza os grandes projetos minero-metalúrgicos em Barcarena, a Natura na região das ilhas em Abaetetuba.



Criação de animais, casa de Seu Diquito, Ilha Campompema. Trabalho de Campo, 2016.

Com a chegada desses agentes exógenos, mudanças consequentemente ocorrem, como já constatado com a presença da Natura, e como a história e Seu Ró pode nos apontar quando diz que “[...] todo ano tem uns impactos aí. E essas consequências nós sofremos aqui. A prova disso é que ninguém mais toma água diretamente do rio, todas as ilhas, Barcarena e tudo mais. ”, se referindo ao complexo industrial não apenas do alumínio; continua:

[...] mas tem tido uma situação de exploração de beneficiamento de produtos aí, [...] que sobrar muito resíduo, por exemplo o caso do caulim... cada vez mais tá aumentando o lago de resíduo, e todo ano é duas/três vezes que rompem as barragens né, aí cai pra dentro do rio. (Seu Ró, 2016).

Além do discurso de desenvolver economicamente a região amazônica através de projetos minero-metalúrgicos, Seu Diquito nos responde sobre o contexto de chegada da Natura em participação com a cooperativa:

[...] eles chegaram aqui até nós através do movimento social, que é uma coisa que é muito rico pra gente essa questão do movimento social, [...]. Graças à Deus nós temos o sindicato, a gente participa da Colônia de Pescador, a gente participa da cooperativa, aí através desses movimentos eles chegaram [...]

Então a presença desses agentes vai para além do discurso de apenas desenvolver, mas sob o discurso de integrar essas outras realidades invisibilizadas, participando de suas atividades, movimentos, cooperativas, discursando representatividade, como bem exemplifica, e como já citamos, a Natura. É a apropriação da necessidade de integração e a condição de camponeses-ribeirinhos utilizados como ferramentas para viabilizar a subordinação desses.

Em 1980, em decorrência dos grandes projetos de desenvolvimento pensados para a Amazônia, Abaetetuba, principalmente a região das ilhas, se configuram em verdadeiros dormitórios para os operários empregados nesses projetos. Logo, os problemas relacionados à formação de núcleos urbanos começaram a surgir e afetar as comunidades ribeirinhas que próximo viviam. Ou então o crescimento urbano advindo dos grandes projetos que, de acordo com o entrevistado, leva o despejo de esgoto diretamente nos rios afetando práticas como a pesca.

Os rios que cortam e fazem parte do território do município de Abaetetuba, como vias de acesso a outros municípios têm seu uso inviabilizados devido os intensos fluxos e crescimento urbano, sem devido cuidado e atenção pública. Isso impactou diretamente no uso da água desses rios, onde levou a população comprar água mineral para uso próprio:

Tu vais olhar nas ilhas, quase 100% dos nossos rios das ilhas ninguém mais bebe água do rio. É só água comprada, ou a gente busca no posto, ou a gente tem que comprar nas mercearias, virou um grande negócio vender água hoje. Você anda em qualquer lugar dessas ilhas você vê lá às mercearias estão abarrotadas de garrafão. (Entrevista 2016, Seu Ró)

Essa característica de intenso fluxo nesses rios, de ligação com vários outros municípios através da hidrovia, Abaetetuba, segundo Seu Ró, “ela foi sempre chamada de a rota do tráfico aqui no Pará, por ser um município que está aqui centralizado e tem acesso de chegarem de todo lugar. ”. Ou seja, os rios na região das ilhas em Abaetetuba se apresentam estratégicos para esse fluxo de atividades – tráfico de drogas, de armas, humano e os piratas que, segundo Seu Ró, são os assaltantes. Segundo Haesbaert & Porto-Gonçalves (2005, p. 60) “[...] essas redes de comércio e de poder [redes ilegais ou ilícitas da economia – narcotráfico] funcionam também como espécies de válvulas de escape diante do crescente desemprego e da precarização do trabalho, [...]”, são resultado da transformação ocorrida através da inserção de agentes externos – capitalistas – nas relações desses indivíduos; pode-se comparar o contexto

de consolidação e constatação dos resultados de empreendimentos capitalistas na região: a presença de novos atores – Natura em parceria com as cooperativas – somada aos resultados e impactos dos Grandes Projetos implementados – impactos que prejudicaram o uso contínuo ou inviabilizaram por completo o uso das águas dos rios –, levam, então a novos circuitos capazes de burlar o desemprego para os que não foram inseridos na nova dinâmica de produção e economia, como pode ser exemplificado pela fala de Seu Ró:

Todos os tipos de tráfico possíveis aconteceram aqui.[...]. A onda do cigarro que ficou um negócio assim...relaxado que tudo era casa a gente via tava cheio de cigarro. [...] como teve uma fiscalização [ação policial] muito forte eles acabaram tirando o cigarro de circulação; mas ficou a droga, ficou o tráfico de arma, o tráfico humano, aqui foi abordado um barco com vários chineses, aqui no porto de Abaetetuba. [...] acabou essa onda do cigarro, aí eles começaram a chegar nas casas pegando gerador, pegando motor que tá lá dentro, o que tem dentro da casa [os piratas]. Aí dessa onda aqui entrou aquilo que nós chamamos da droga fácil... aí o parente que tá lá em Vigia vem dar um passeio aqui com a tia dele o tio dele, com a vovó, aí chega na costa com a mochila que vai cheia de droga. Aí começa a conversar com amigo, com o primo dele, com sobrinho dele, com tio dele, e acaba socializando aquilo, e acaba ali se transformando numa boca de fumo.[...]. Hoje, nas ilhas [...] não tem uma comunidade que não tenha boca de fumo lá, uma, duas, três... por conta dessa situação aqui. Como coibir isso aqui eu não sei. (Entrevista 2016, Seu Ró)

O marco de mudanças desses períodos foi especificado por intervenções exógenas a Comunidade Ribeirinha, essas que

se definem e diferem por apresentarem territorialidades bastante específicas, por estarem atravessadas por territorialidades que se justapõem [camponesas e ribeirinhas] e se superpõem, muitas vezes de maneira opaca ou problemática, algumas organizadas em redes de escalas diversas, até mesmo globais. (PEREIRA, 2014, p. 169).

Outra problemática é a questão fundiária enquanto fundamental para reconhecimento de propriedade e uso da terra – com o reconhecimento necessário para a possível chegada, realização e recebimento dos benefícios voltados para esses indivíduos.

Seu Ró cita três benefícios que na região das ilhas em Abaetetuba são recebidos, ou deveriam ser recebidos: o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Apoio Jovem e Apoio Mulher. Esses dois últimos, que são créditos, esses trabalhadores enfrentam dificuldades em receber justamente pelo não reconhecimento como proprietários e trabalhadores rurais.

O problema se configura no reconhecimento de terras pertencentes ao Estado ou a União, onde, segundo Seu Ró, “[...] hoje tem uma briga violenta sobre essa questão fundiária nas ilhas por que um lado o estado diz que é dele através do ITERPA (Instituto de Terras do Pará) do outro lado a SPU (Secretaria do Patrimônio da União) diz que é dela que é área federal. ”. Assim sendo, através do PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista), Abaetetuba tem até então apenas duas ilhas registradas nessa modalidade, com assentamentos em terra de Marinha – e como acervo fundiário do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reformar Agrária) –, a Ilha Campompema e a Ilha Tabatinga.

Assim ficou então, afirma Seu Ró:

Aí ficou duas áreas nossa que tem ilha, não divide ilha, são chamadas área de várzea: de um lado da área terra seca, do outro tá várzea; a maior área é várzea. Ai a competência ficou de um lado o ITERPA, tem uma área que é terra seca, do outro tem a união tem a terra de várzea. (Entrevista 2016, Seu Ró).

Essa questão fica entre os dois órgãos que reivindicam as terras para si sob argumentos como as águas que banham essas terras são águas estaduais, ou federais, com camponeses-ribeirinhos entre essa “briga”, como afirma Seu Ró, sem receber os auxílios necessários e possíveis apenas a partir de documentação legal comprobatória de posse de terra e trabalhador rural.

A SPU lança, então, uma campanha de regularização fundiária afim de viabilizar esse acesso para esses trabalhadores, através do TAUS (Termo de Autorização de Uso), documento que quase todas as famílias residentes na região possuem. Esse termo nada mais é que um cadastro, onde são coletados dados do trabalhador, sua foto, sua terra e, através do GPS, sua área. “[...] tinha gente que tinha 20 hectares de terra e recebia um título de 9, e tinha um que não tinha nem 0,5 e recebia um título de 9. Isso dá um problema sério pra nós aqui. ”, fala Seu Ró. E, afim de resolver esse problema, a SPU passa a estabelecer a área como “[...] raio de 500 metros, mas não determina a quantidade da terra que o cidadão tem. ”

Porém, ainda com esse tipo de demarcação, a liberação do licenciamento ambiental para exploração da terra através do trabalho desses ribeirinhos não ocorre, pois, o documento emitido pela SPU não fornece dados exatos da terra; dados exigidos pela SEMA (Secretaria de Estado e Meio Ambiente) como dividir a área para certa quantidade destinada para exploração, certa para preservação. Ou seja, não existe documento com essa competência e que permita a liberação do licenciamento ambiental, logo, que permita a utilização de créditos

e auxílios destinados aos trabalhadores rurais. Seu Ró relata recente situação em que recebem proposta de fomento de R\$ 3.000 destinados às mulheres residentes/trabalhadoras da região, quando direcionados os documentos – TAUS – para viabilizar o fomento, os mesmos não foram aceitos no INCRA por não ter validade, “[...] cai por terra o TAUS” (Seu Ró, 2016).

O entrevistado conclui que tanto o INCRA, SPU e ITERPA, para resolverem esse impasse, precisam realizar uma força tarefa para emissão do “título de concessão direito de terra de uso”, em parceria; “[...] pra resolver esse problema do crédito, se não chegar esse documento não sai o crédito da reforma agrária.” (Seu Ró, 2016).

A permanência e reprodução da vida camponesa-ribeirinha.

Com as novas culturas inseridas e as tradicionais permanecendo no mercado – açaí –, Seu Ró fala sobre como o monocultivo do açaí – consumo e mercado – tem contribuído para o desmatamento de cultivos nativos, antes voltadas exclusivamente para alimentação na região das ilhas “Por que tem muita gente que tá entrando na onda do monocultivo do açaí, né. Aí ele desmata, ele tira o miriti, o Jucati, a vegetação e acaba deixando só o açaí.” (Seu Ró, 2016).

Essa conscientização vem através da formação de projetos como o Projeto Iacumama⁷, realizado com a CPT-Guajarina que consiste no resgate da biodiversidade ribeirinha. Essa ligada justamente àqueles cultivos nativos: arroz, feijão, jerimum, milho, maxixe, etc. Então é desenvolvida de modo a permitir os novos cultivos, essências frutíferas, ornamentais e medicinais, com demanda de mercado, porém incentivando a presença dos que são voltados para subsistência desses trabalhadores através de consórcios com cacau, cupuaçu no açazal, por exemplo.

E também através da formação dos assentamentos pelo INCRA, como o Assentamento PAE Santo Antônio II, na Ilha do Capim, com uma reserva ecológica e produção na “linha ribeirinha” com o açaí; porém sem constituição de roça que, segundo um trabalhador morador da Ilha, não há produção, por isso sendo evitada. Nesse assentamento, numa parcela da área é permitida o extrativismo por esses camponeses-ribeirinhos, outra é mantida preservada para estudos, por exemplo com a apicultura, caracterizando as novas atividades sendo implementadas para esses indivíduos.

⁷ Na língua indígena é a “mãe água”, de acordo com Seu Ró.

Ou, para ultrapassar pela situação de contaminação dos rios e escassez de peixes, a piscicultura com criação em cativeiro. “É difícil?! É, porque aqui não vem máquina, é na base do braço, e por isso que a gente não pode cavar, assim, uns lagos tão graúdos [grandes, como os feitos com máquinas], por causa da questão da dificuldade da cavação.” (Seu Diquito, 2016). Nesse processo a escolha do pescado para criação também é necessária, pois leva-se em consideração o tamanho do cativeiro e se o trabalhador possui outros lagos nas suas terras:

[...] eu me dei melhor com o tambaqui. Já criei várias vezes...[...] já criei tambaqui, já criei tilápia. Tilápia ela dá bonita mas ela produz muito, e pra ti que não tem outros lago pra ir passando, é dificuldade, que ela monoa e não desenvolve. Curimatá também já criei, mas vi que o melhor pra nós é o tambaqui. (Entrevista 2016, Seu Diquito)

Explica Seu Ró:

Abaetetuba já teve muito essa potencialidade do peixe, agora a maior parte do peixe vem do Amazonas, o nosso peixe regional aqui é muito raro. Antigamente você tinha uma rede de 5 metro com meio metro de altura, você pegava, você jogava lá na água com meia hora de tempo tava cheio de peixe. Hoje cê joga 10 panarios cê não pega 2 peixes... não tem mais, é muito consumo. [...] e a gente não dá tempo pro peixe.

Essa escassez, tanto Seu Diquito quanto Seu Ró afirmam ser ocasionadas pela pesca predatória e pesca empresarial, na Baía do Rio Pará – no período de pesca, utilizam guindastes presos às barcas pesqueiras e fazem a “arrastada”, onde é coletado o peixe e camarão, e o que não for necessário “já cai morto” (Seu Ró, 2016) –, quando no período de defeso⁸, mesmo com o governo fornecendo pagamento para não realização da pesca, a atividade é intensificada justamente por ser nesse período que ocorre aumento do preço do pescado; ou seja, onde o produto peixe é mais valorizado como mercadoria. “[...] não teve mais safra não teve entre safra, é inverno verão é de manhã e é de noite sentado na beira do rio. [...]” (Seu Ró, 2016)

⁸ Período em que as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas. Este período é estabelecido de acordo com a época em que os animais se reproduzem na natureza.



Ilha Campompema – Piscicultura, casa do Seu Diquito. Trabalho de Campo, 2016.

O mesmo ocorre com os criatórios de camarão, que são nas cabeceiras dos igarapés, onde “[...] o pessoal faz a gapuia lá, mexe lá na lama, quando termina buía tudo o camarãozinho, morre a maior parte. Quando não pega os filhinhos e pronto. A tendência é acabar nosso camarão.” (Seu Ró, 2016). Para isso Seu Ró fala que pode da utilização do matapi ecológico, onde no lugar das fibras de plástico utilizadas para amarrar as talas são utilizados os cipós, matéria orgânica, que permite um espaçamento entre as talas e permite que os camarões menores, ainda em crescimento, possam sair e reproduzir mais tarde.

A relação estabelecida por esses indivíduos entre si no decorrer do tempo, acontecimentos, os motivos que os congregaram nesse espaço e, conseqüentemente, os significados que vão sendo inscritos no espaço são representações espaciais de sua condição de existência e população tradicional; sua condição nessa categoria tem também como característica essa necessidade de um território específico como condição identitária, “Territórios estes marcados por formas de apropriação coletiva e familiar da terra e dos recursos naturais que garantem a reprodução física, social e cultural dessas comunidades” (CRUZ, 2009, p. 2). Segundo Little (p. 11, 2002):

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões

simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 1994 apud LITTLE, 2002, p. 11).

E esse é justamente outro elemento fundamental sobre as populações tradicionais, a relação com o território que, não apenas permite a execução das atividades/trabalho – condição importante para que essa população se direcione para determinada área –, mas que através das relações de trabalho desenvolve a organização social desses grupos, e que constrói um sentimento de pertencimento com relação ao território e no que nele foi desenvolvido com o tempo.

Conclusão

Esse trabalho é fruto de conclusão de um trabalho de iniciação científica. Como tal é uma primeira aproximação de uma agenda de pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA da UEPA. Durante nosso percurso pudemos observar que apesar do avanço do modo capitalista de produção na região, os camponeses-ribeirinhos desenvolvem estratégias de reprodução social e acabam se reinventando a partir das contingências colocadas pela plutocracia. Uma delas é utilizar a dinâmica da natureza a seu favor e a mobilidade do trabalho como um recurso fundamental. Observamos também que componente fundiário é um elemento central que precisa ser resolvido. A superposição de territórios e de suas respectivas instituições coloca a territorialização desses camponeses ribeirinhos em risco. Já que os respectivos órgãos (INCRA/ITERPA) ficam num jogo de partilha de competências o que prejudica o acesso as políticas públicas por parte dessas comunidades. Este elemento rebate na dimensão econômica do território. As linhas de crédito e a assistência técnica as comunidades estudadas dependem da segurança fundiária.

Diante dos problemas enfrentados, ribeirinhos r-existem através de ações que resgatam e reafirmam suas identidades. Seja através do incentivo de práticas de roçado, plantação de essências florestais e frutíferas, ou mesmo com o manejo de açaí, agora não mais como monocultivo, associando com miriti e jucati. Do ponto de vista fundiário os trabalhadores conquistaram reservas ecológicas no interior dos assentamentos, como na Ilha do Capim e no PAE Santo Antônio II, com a produção camponesa-ribeirinha. Ação bem-vinda aos olhos desses trabalhadores, mas que ainda revelam a insuficiência diante da realidade e tendência a

chegada de novos empreendimentos e projetos voltados à atual dinâmica de mercado – capitalismo – que requer e ocasiona mudanças a nível sociocultural.

Percebe-se que apesar dos empreendimentos atuais em parceria com a COFRUTA – essa criada depois da tentativa frustrada desses trabalhadores em conseguir apoio e crédito em bancos através da ADEMPA (Associação de Desenvolvimento Agrícola dos Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba) –, que é bem recebida por esses trabalhadores, as necessidades voltadas sobre políticas públicas que contemplem a comunidade de acordo com a categoria em que se inserem, trabalhadores rurais, são ainda um problema.

Para manter e ser possível desenvolver as relações de trabalho, logo, relações sociais dessas pessoas, tanto o acesso à terra quanto o seu direito de uso são imprescindíveis. E diante dos empreendimentos capitalistas, seus impactos sob os recursos naturais elementos fundamentais da (re) produção camponesa-ribeirinha, ir “tareando” [equilibrando/levando de acordo com a situação], como diz Seu Diquito, é necessário para a continuidade desses, com suas atividades e vivências.

A dinâmica de mercado recai sobre aspectos até então implícitos num primeiro olhar: a (re) produção da vida ribeirinha e sua valorização para os indivíduos que seguirão após esses trabalhadores que vivem no contexto atual de chegada e atuação “inicial” dos agentes externos. Além de constatar o que já é observado em outras comunidades na Amazônia sobre a chegada de empreendimentos capitalistas, com espoliação da produção e mão-de-obra desses trabalhadores.

Um novo desafio territorial se instala na região. O *dever* dessas comunidades acaba sendo provocado por um novo vetor de produção de grãos que estabelecem as hidrovias como seu principal de escoamento. O que irá aumentar os fluxos de embarcações grandes, graneleiras, apresentando um novo risco a reprodução material e subjetiva a essas comunidades. Mas esse é um assunto para novos empreendimentos de investigação e de lutas dessas comunidades ribeirinhas.

Referências Bibliográficas

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. Comunidades Tradicionais, (re) Configurações Identitárias e Lutas Sociais por Reconhecimento de Territórios na Amazônia. IN: **XIII Encontro da Associação**

Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – XIII ENAnpur, 2009, Florianópolis. Disponível em: <<http://anpur.org.br/public/publicacoes/anais/ena13.zip>> Acesso em: 10 de agosto de 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. Água e Cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. IN: **I Encontro Internacional: Governança da Água**. São Paulo, nov. 2007.

HAESBAERT, R. GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Criação e Modalidades de Assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades>>. Acesso em 5 de junho de 2017.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Universidade de Brasília: Série Antropologia**, Brasília, n. 322, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

MARCOS, Valéria de. Agricultura e Mercado: Impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. IN: TOMIASI, E; FABRINI, J; (ORGS). **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 191-212, 2008.

NETO, Adolfo Oliveira. O território e sua relação com a educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia. **Revista Maré**. Ano I, Nº 1, p. 113-125, 2011. Disponível em: <http://revistamare.educampoparaense.com.br/upload/arq_arquivo/2016/10/231.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira – transformações recentes. IN: ROSS, J.L.S. (ORG). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **AS ENCRUZILHADAS DAS TERRITORIALIDADES RIBEIRINHAS**: Transformação no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. Niterói: PPGeo/UFF, Tese de Doutorado, 2014.